

8. Conclusão

*De tudo ficaram três coisas
A certeza de que estamos
começando...
A certeza de que é preciso
continuar...
A certeza de que podemos ser
interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um
caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!*

Fernando Sabino

A ideia original desta tese era compreender o contexto das práticas dos policiais militares nas favelas da Maré, na perspectiva de apreender e analisar os olhares dos agentes envolvidos. Neste momento de elaboração do capítulo conclusivo, componente da ordem lógica de apresentação de um trabalho acadêmico, refleti sobre o sentido geral da caminhada que construí nos últimos quatro anos dedicados a este estudo. Esta tarefa final foi mais complexa do que imaginara, visto que o projeto original tornou-se maior do que eu pensava em elaborar, em seu princípio. Outra dificuldade que se apresentou para a construção deste capítulo foi que a estrutura da tese e a metodologia adotada fizeram com que eu fosse me posicionando, durante todo o desenvolvimento do texto. Assim, sucessivas proposições “conclusivas”, em grande medida, já foram expostas. Essa opção de escrita, devido ao temor da repetição, terminou por esvaziar um pouco este capítulo, em que a ideia de uma conclusão tem de mais tradicional: ser a consequência final de uma série de argumentações desenvolvidas no corpo do estudo.

Durante o desenvolvimento da escrita, chamei a atenção, particularmente, aos pressupostos que devem nortear a política de segurança pública no Rio de

Janeiro, incluindo as favelas: o fortalecimento da cultura republicana, a afirmação de uma nova concepção de cidadão (considerando-o um atributo inerente do ser social), a construção de estratégias que superem a política de “guerra às drogas”, o reconhecimento de que todos os moradores da cidade devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos etc.

Outro aspecto que dificultou a elaboração deste capítulo final deveu-se à complexidade do tema. No decorrer da realização da tese, não foram poucas as situações nas quais fui indagada sobre qual seria a solução para o problema da violência, do domínio do tráfico de drogas ou da milícia nas favelas e da ação truculenta da polícia nesses territórios. Essas perguntas, difíceis de serem respondidas de forma superficial, como muitas pessoas esperam, revelaram-me como é significativo o desejo, vindo de diferentes setores de nossa sociedade, de encontrar soluções urgentes para um problema que, cada vez mais, incomoda, fere, angustia e viola direitos fundamentais dos cidadãos de uma grande cidade como o Rio de Janeiro. Uma das principais percepções que me foram confirmadas com a tese, porém, foi a de que as soluções no campo da segurança pública não são mágicas nem rápidas. De fato, o fenômeno da violência e a construção de uma política global nesse campo não demandam soluções fáceis, pirotécnicas ou de curto prazo; em especial, elas não podem depender de ciclos eleitorais.

Reconhecidas as eventuais insuficiências deste capítulo conclusivo, passo a elucidar as questões que considero importantes de serem observadas, ao se pensar em um trabalho de segurança pública voltado para áreas de favelas no Rio de Janeiro. Começo por destacar o elemento que me parece um dos mais significativos da presente tese: meu processo de construção como sujeito, como ser humano, durante o seu desenvolvimento. Ao lado disso, gostaria de assinalar, neste momento do trabalho, meu posicionamento sobre ações recentes do Governo Federal e do Governo Estadual no campo da segurança pública.

A construção do trabalho que agora termino teve início a partir de um sentimento de indignação: a morte de uma criança indefesa, em função da violência policial. O assassinato de Renan definiu a escolha do trabalho no campo da segurança pública, assim como a certeza de que o recorte espacial deveria ser a Maré: após uma longa trajetória de militante social na favela, dedicada a buscar novos caminhos de desenvolvimento e de realização da cidadania, por parte de

seus moradores, foi impossível escapar dessa opção. Nesse quadro, desde o início, minha condição humana, nos termos de Hannah Arendt, esteve em jogo. Assim, os sentimentos originais de indignação, revolta e impotência tiveram de ser trabalhados dentro de mim, tanto em termos afetivos, como em termos racionais. Fico, enfim, feliz de perceber, nesta reta final, que consegui harmonizar essas dimensões subjetivas, durante o processo de construção do estudo.

A explicitação de minha subjetividade se fez fundamental na elaboração do trabalho por uma razão especial: não poderia abrir mão, como fiz no mestrado²⁶², de me colocar como parte do processo que estava buscando apreender e analisar, no caso, o contexto da ação policial na favela da Maré. Nesse sentido, os preâmbulos que precederam cada capítulo, sugestão de minha orientadora, entre outras valiosas contribuições, foram muito significativos para mim. Neles, pude apresentar minha vivência local, minha relação com as práticas sociais dos moradores da Maré e como me situei, historicamente, diante delas. Do mesmo modo, fui expondo, no decorrer do texto, o impacto em mim provocado pelas diversas interlocuções estabelecidas, tanto as teóricas, como as construídas com os protagonistas da tese.

A idéia de trabalhar, mais do que a ação policial, o seu “contexto” foi muito importante. Em função disso, mais do que simplesmente descrever as atividades dos profissionais de segurança que atuam no 22º Batalhão da Maré e seus eventuais significados, busquei situá-las no quadro global de relações sociopolíticas que nortearam as construções do Estado e da sociedade brasileira, das práticas e representações dos moradores do Rio de Janeiro e, por extensão, das favelas. Nessa construção analítica, foi importante me situar diante das “razões” que podem orientar as práticas sociais; em especial a compreensão da vigorosa presença de uma “razão instrumental”, nos termos utilizado pelos principais integrantes da Escola de Frankfurt, na base das práticas materializadas pelos moradores, policiais e outros cidadãos cariocas – eu inclusive – em muitas ocasiões.

²⁶² No mestrado (Departamento de educação da PUC-Rio), estudei a dimensão pedagógica do movimento comunitário de Nova Holanda. Estive profundamente envolvida naquele processo, durante muitos anos de minha juventude. Tal envolvimento não apareceu na dissertação, que foi construída a partir do olhar de um “terceiro”, alguém fora do processo. Fui questionada – com razão – pela banca, na ocasião, em função daquela postura pretensamente “neutra” e “observadora”.

Outro ponto significativo foi o banco de dados nela construído. Sabia, desde o início da preparação da pesquisa de campo, que não seria possível explorar todas as possibilidades analíticas oferecidas pelos instrumentos de coletas de dados. No caso dos questionários, em especial, a realização de todos os cruzamentos possíveis representaria a construção de milhares de tabelas a mais. Como já assinalei, contudo, o banco é um dos produtos do trabalho, encaminhando-se para além da tese. A intenção é que ele seja colocado à disposição de organizações que atuam no campo da segurança pública, em particular a Redes de Desenvolvimento da Maré, o Observatório de Favelas e o Centro de Estudos sobre Segurança e Cidadania, assim como a PUC-Rio. Espero que o banco possa ser trabalhado, em breve, por mim e pelos pesquisadores das instituições. Desse modo, serão gerados trabalhos que permitirão uma apreensão mais complexa da realidade da Maré e áreas similares. Acredito que esses estudos poderão sinalizar novos caminhos de pesquisas e de intervenção na realidade das favelas cariocas.

No processo de desenvolvimento do trabalho, ficaram mais evidentes para mim os limites das estratégias tradicionais no campo da segurança pública na Maré. De fato, quando olhamos para as favelas no processo de espraiamento pela cidade, vemos que, ao longo de sua existência, foram materializados alguns direitos básicos referentes à urbanização e implantação de serviços públicos nas áreas da saúde, da educação, da coleta regular de lixo, da iluminação pública e, em menor escala, de cultura e artes. Direcionado, porém, ao acesso à justiça ou mesmo a órgãos voltados para a garantia da segurança pública em regiões com as características da Maré, quase nada avançou.²⁶³

As razões para essas ausências localizadas são várias. Entre elas, apresenta-se, de forma expressiva, o leque de representações que, muitas vezes, mesmo quando são aparentemente progressistas, não levam em devida conta a riqueza das práticas sociais dos moradores das favelas e outros assentamentos populares. Nesse sentido, a valorização do conceito tradicional de luta de classes ou de

²⁶³ Uma evidente demonstração do fato é o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ter desobrigado, em 2009, os Oficiais de Justiça de entregarem intimações em favelas, devido à identificação dessas localidades como áreas de risco. O fato demonstra que o Poder Judiciário, um dos pilares da República, não considera como parte de suas atribuições contribuir para a superação da presente situação de privatização da soberania nas favelas.

“consciência” (assim como as estereotípias que norteiam o olhar sobre os grupos sociais populares), não contribui para uma apreensão ética e teórica mais sofisticada da humanidade dos moradores das favelas, dentre outros.

A tradicional estigmatização das áreas onde residem os mais pobres da cidade fundamenta as políticas públicas de segurança efetivadas, que ignoram os direitos dos cidadãos locais. O reconhecimento atual, por parte de todos os grupos sociais, inclusive os dominantes, de que a criminalidade presente nas favelas se tornou o grande problema da cidade não tem ajudado a mudar essa realidade. Pelo contrário, a estigmatização tem crescido, assim como o juízo de que a informalidade e as atitudes ilícitas são inerentes aos espaços favelados e aos seus moradores.

Ajudou-me a melhor compreender a importância das representações hegemônicas e suas consequências o contato direto com os três segmentos entrevistados no trabalho de campo: moradores, integrantes de grupos criminosos armados e os policiais militares. As falas desses agentes, a interlocução com diferentes conceitos, as análises e as proposições no campo da segurança pública e das ciências humanas (além do contato com experiências inovadoras no campo que me propus a estudar) demonstraram ser tangível, na atual conjuntura do país, a construção de caminhos alternativos ao conflito impiedoso, responsável pela reprodução de um cotidiano marcado por muita dor, violência e medo, na vida dos moradores das favelas cariocas, entre outros.

O reconhecimento e a criação de condições de superação dos limites acima apontados, na presente conjuntura, devem fazer parte da esfera de ações do conjunto de agentes atuantes na instância estatal, na sociedade civil e na iniciativa privada. Nesse sentido, a estratégia hegemônica, centrada no enfrentamento bélico do tráfico de drogas, não poderá ser superada apenas pela polícia, visto que sua construção vai para além desta. Uma conclusão fundamental deste trabalho – que já intuía, mas pude reforçar – é que, de fato, a segurança pública não pode ficar apenas nas mãos das forças de segurança e não será transformada a partir das corporações. É necessário, cada vez mais, que amplas forças sociais, em especial a sociedade civil, as universidades e os meios de comunicação, afirmem outro projeto de segurança, que tenha como eixos fundamentais a perspectiva republicana e cidadã.

Essa proposição não é trivial. Muitas organizações da sociedade civil, por exemplo, continuam adotando uma postura meramente reivindicatória e “denuncista” em relação às práticas policiais, sem buscar construir canais de diálogo, metodologias e proposições conceituais que contribuam para a construção efetiva de outros paradigmas. Elas estabelecem, no caso, um olhar para o Estado centrado no maniqueísmo e distanciamento, como se os órgãos estatais (em especial no campo da segurança pública) e seus integrantes fossem dominados pelo desejo profundo de prejudicar os moradores pobres e de manter suas situações de opressão e exploração. Não há contradição nesse olhar, não há complexidade. Há, simplesmente, o desejo de manter-se em uma “zona de conforto”, e não enfrentar o conjunto sofisticado de tensões e desafios colocados diante dos diversos atores da realidade social contemporânea.

As universidades, da mesma forma, ainda são dominadas, em grande medida, por um conjunto significativo de preconceitos em relação ao tema da segurança pública – o melhor exemplo recente foi a decisão, em 2008, do Conselho Universitário da UFF/RJ de negar a criação de um curso de graduação na área de Segurança Pública. O argumento central foi que o tema estaria vinculado, historicamente, ao autoritarismo. Diante de posições tão distantes da realidade social – e a segurança é um tema fundamental dessa realidade – o que acontece nas universidades, em geral, são práticas isoladas, fragmentadas e com pouca escala, conduzidas por abnegados profissionais que entendem a relevância do tema.

No que concerne aos meios de comunicação, por sua vez, é sabido que eles são ocupados, em grande medida, por profissionais dos setores médios do Rio de Janeiro. Essas pessoas, nesse caso, expressam um conjunto de representações sobre o crime, a violência e as favelas que reproduzem as percepções usuais desses grupos sobre os espaços populares e seus moradores. Afirmam-se, então, as noções de que a favela é violenta – e não de que seus moradores são vítimas da violência; de que o tráfico de drogas é uma força do mal (“demoníaca”) e que todos os esforços para combatê-lo são louváveis, inclusive o enfrentamento bélico total, com as recorrentes mortes dos moradores e de muitos jovens que entram na rede social criminosa. Por fim, para não ser exaustiva, é afirmada, cotidianamente nos meios de comunicação em geral, a idéia de que as favelas são espaços de

carência, inclusive ética e moral, homogêneas e destituídas de elementos fundamentais para a vida na cidade. Desse modo, seus moradores são usualmente representados como seres menores, sem condições efetivas para o exercício da cidadania²⁶⁴.

Nesse caso, cabe superar as representações tradicionais, conservadoras, mas também as ditas progressistas, que trabalham com uma lógica simplificadora e determinista da realidade social da favela e sobre o papel do Estado. Assim, apenas com propostas criativas, integradas, que articulem diferentes atores sociais será possível a produção de políticas públicas inovadoras para os espaços populares no campo da segurança pública.

As posições hegemônicas na cidade também o são, naturalmente, na favela e entre as forças policiais. Assim, os moradores da Maré, como se nota nas entrevistas e nas respostas aos questionários utilizados, afirmam juízos curiosos a respeito de questões atinentes a seu espaço de moradia e sobre as políticas de segurança pública: por um lado, eles revelam a satisfação de ali morarem e reconhecem as inúmeras vantagens do espaço local; por outro, eles reconhecem os limites, em especial em função da questão da violência; têm consciência dos preconceitos que sofrem e se lastimam por ele.

As falas, de fato, revelam as contradições presentes no imaginário da população da Maré, em relação à questão da violência: os moradores incorporam, em grande medida, a representação dominante de que a favela é uma área problemática em si, como se não fosse um território constituinte da cidade. Eles também não conseguem construir uma interpretação da realidade local que seja relacional, que estabeleça uma vinculação efetiva entre a realidade local e a do conjunto da cidade. Nesse caso, os moradores não conseguem ainda perceber que a construção de um equipamento público, como a “cidade da música” na Barra da Tijuca, significa menos investimento em sua área de moradia, da mesma forma

²⁶⁴. Em evento realizado em setembro de 2009, o ex-ministro Reis Veloso, que dirige um Fórum Nacional que reúne, anualmente, boa parte do PIB brasileiro, comentou, após uma mesa redonda, que contou com a presença de vários moradores de favelas, que ficara impressionado: “esperava ouvir um monte de bobagens, de perder duas horas, mas ouvi coisas inteligentes, o que mostra que a capacidade dos moradores de favelas está aumentando”. Nada mais cristalino do preconceito das chamadas “elites” do que uma fala como essa; ela impregna, infelizmente, a maior parte da sociedade. O depoimento me foi dado por um dos palestrantes da mesa redonda, em um tom entre o irônico e o indignado com a ignorância e, por que não dizer, falta de educação do ex-ministro com os integrantes da mesa.

que a opção de realizar a maior parte dos eventos dos Jogos Pan Americanos no mesmo bairro nobre. Nesse caso, a construção de uma percepção integrada de cidade e a necessidade de inverter as prioridades das políticas públicas para os espaços populares só poderão ser efetivas quando os moradores desses territórios compreenderem melhor como as políticas públicas são construídas e materializadas, incluindo as de segurança.

No que concerne aos policiais, o contato com eles foi o ponto mais rico para mim, em termos subjetivos e objetivos, da construção da tese. Através desse contato, como descrevi na introdução do oitavo capítulo, tive oportunidade de reconhecer a humanidade desses profissionais, as suas razões, que justificam as suas práticas, além dos medos e as representações que norteiam suas ações como policiais. Isso não significou concordância com muitas de suas práticas ou a relativização ética delas. O que ficou foi a certeza de que é possível construir estratégias que melhorem as condições de trabalho dos policiais, que os valorizem profissionalmente e que mostrem sua importância para a sociedade, inclusive no espaço favelado. Ações como essas podem – adquirir essa certeza – mudar completamente a forma de funcionamento da corporação.

Para isso, faz-se necessária outra postura por parte dos grupos e corporações que dominam o Estado; é indispensável que esses coloquem, de fato, a política de segurança pública em outro patamar, que construam formas novas, estáveis, de longo prazo, nesse campo, e persigam, com rigor, seus objetivos. Desse modo, será possível ganhar a sociedade para uma solução global, que envolva políticas integradas, intersetoriais, com a participação de diversas instâncias, incluindo as organizações sociais. Eles não chegarão a isso por sua conta; assim, cabe aos movimentos e organizações sociais colocarem na agenda a necessidade de sensibilizar os agentes públicos a trabalharem no desenho de novas estratégias de segurança pública que superem as atuais, marcadas pelo fracasso e pelo desperdício – tanto de recursos públicos, como de vidas.

Cabe reconhecer, felizmente, que mudanças significativas vêm ocorrendo no campo da segurança brasileira e fluminense, que não podem ser ignoradas. O Governo Federal tomou como sua tarefa, nos últimos anos, ao lado de outras instâncias federativas, atuar nesse campo. Chamou atenção, nesse caso, no ano de 2009, a realização da I Conferência Nacional de Segurança Pública. O processo de

construção do evento reuniu centenas de milhares de participantes por todo o Brasil, apesar da limitação da metodologia, que engessou além da conta o processo de participação e de proposições. O processo permitiu uma discussão ampla sobre o tema e a definição de um conjunto de princípios que podem nortear a construção de uma política de segurança com referências cidadãs, nos próximos anos. Cabe considerar a falta de uma maior articulação das forças sociais, em geral, e das organizações que atuam no campo dos direitos humanos, em particular, a respeito desses rumos. Assim, o Governo fez predominar sua posição sobre o tema, definindo o escopo do debate, as linhas aprovadas e seus desdobramentos. Nesse caso, é inegável considerar que a conferência serviu como uma forma de legitimação da política do Governo Federal. Eu a considero, apesar de tudo, um avanço diante da inexistência de um programa de peso nesse campo, historicamente.

Outro exemplo de iniciativas recentes no campo de uma visão nacional sobre a segurança pública foi a elaboração, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). O programa, em sua concepção, tem acertos: enfatiza a importância de uma política integrada entre os entes federativos no campo da segurança; investe na articulação com a sociedade civil; leva em conta a importância dos Direitos Humanos na construção da política de segurança pública; estimula a adoção de políticas intersetoriais, com ênfase na área social; valoriza, sobremaneira, o policiamento comunitário, de forma a aproximar as forças de segurança da população; estimula a criação de conselhos locais dedicados ao tema da segurança pública etc. Desse modo, o PRONASCI é uma política federal que, no plano conceitual, incorpora várias premissas e experiências descritas no Capítulo 8 da tese, no qual tratei de algumas experiências consideradas eficientes de enfrentamento da violência, de forma localizada.

O problema fundamental do Programa Federal é que a maior parte dessas proposições não é materializada em políticas concretas, que atinjam, de fato, o conjunto da população, em especial os mais pobres. Isso porque, dentre outros limites, a dependência do Programa Nacional em relação às organizações estaduais e municipais o torna fragmentado, sem escala e sem impacto, em geral.

Em especial, ele não consegue tratar dos pontos fundamentais que dificultam o acesso à segurança pública dos moradores das favelas, o que o fragiliza de forma inapelável.

Um programa de caráter nacional no campo da segurança pública, conforme constatei na pesquisa realizada e apresentada na tese deveria realizar dois investimentos fundamentais, a fim de superar os impasses presentes na política de segurança voltadas às favelas: o trabalho com o campo simbólico, com o imaginário da população, e a valorização do policial.

No que concerne ao trabalho com o simbólico, com as representações hegemônicas a respeito da violência, das favelas e das estratégias de segurança, cabe construir um programa abrangente, de longo prazo e com o envolvimento de múltiplos atores sociais que enfrentem as concepções tradicionais de violência e de estratégias de combate à criminalidade. Variados estudos²⁶⁵ – e o meu não foi diferente – demonstram que a população carioca, e outras do país, se identificam com uma série de práticas no campo da segurança pública na qual se admite o uso da violência e da criminalização de práticas sociais específicas como estratégias centrais no combate à criminalidade. Assim, defende-se ou naturaliza-se, majoritariamente, a criminalização das drogas e do aborto, a pena de morte informal dos criminosos pela polícia, os maus tratos aos presos, a militarização do enfrentamento do tráfico de drogas e, no limite, a violência policial contra os mais pobres – em especial os favelados.

Programas de enfrentamento da violência necessitam aplicar recursos no *front* do imaginário, construindo ações duradouras e globais, voltadas para a difusão de uma política cidadã de segurança pública. Deixando claro que ela não terá resultados imediatos, que terá contradições, resistências e limites em sua execução. Desse modo, seria possível enfrentar, com mais transparência as resistências corporativas, os grupos corruptos e os limites da cultura militarista, autoritária, “patrimonialista” e anticidade dominante nas forças policiais e na sociedade.

Creio ser necessário destacar, nessa disputa simbólica, o equívoco do foco, moralista, conservador e preconceituoso, no combate à venda das drogas como

²⁶⁵ Estudos citados no desenvolvimento da tese, em especial de instituições que trabalham com o tema da segurança pública, tais como CESeC, CRISP, NEV, Observatório de Favelas etc.

crime priorizado pelas forças de segurança. Sob qualquer aspecto que se considere o fenômeno – econômico, político, social, ético ou no campo da saúde, entre outros – não é razoável essa priorização. Os custos sociais, financeiros e de vidas humanas, a fragilização das organizações estatais, a geração de um alto grau de insegurança do conjunto da população da cidade, e, de forma especial, a ausência absoluta de resultados práticos demonstram a falta de sentido dessa estratégia de combate ao tráfico de drogas.

Por outro lado, é evidente que o principal instrumento de avanço da criminalidade na cidade e da escalada da violência é o tráfico de armas, em especial as de alto calibre. Nesse sentido, mesmo sem entrar no debate sobre a falta de sentido ético de a proibição da venda de drogas conviver com a legalidade da venda de armas para civis, é evidente que a espiral de violência só poderá ser interrompida quando o foco das forças de segurança passar a ser a defesa da vida humana. Para isso, são necessárias medidas eficazes, que impeçam o acesso dos grupos criminosos às armas e garantam a desarticulação das quadrilhas nacionais e internacionais que fazem esse tráfico.

Para isso, cabe também o trabalho no campo do simbólico: no caso da Maré, grande parte da população local é contra a descriminalização das drogas e todos os policiais assumiram a mesma posição. A imensa maioria da população vê a proibição como uma medida inevitável e que, sem ela, a situação poderia ficar ainda pior. Isso, apesar de a realidade de outros países que convivem com a venda das drogas demonstrar que sua presença não é a principal responsável pela dinâmica de violência que afeta países como o Brasil. Cabem, então, informações adequadas, sensibilização sobre os custos sociais do combate ao tráfico de drogas, a humanização dos usuários e a forte ênfase nos custos sociais, econômicos e no campo da segurança pública da complacência com a venda das armas e a invisibilidade dos grupos que a realizam.

Em outra direção, a importância da crescente valorização do policial foi, talvez, a conclusão mais impactante para mim no trabalho. Naturalmente, considerava importante que o policial fosse melhor remunerado e mais respeitado como cidadão, tendo em vista as diversas denúncias sobre o quadro de autoritarismo da corporação militar. O que pude perceber, todavia, é que o desafio

é bem mais amplo. Trata-se, na verdade, de “ressignificar” todo o trabalho do policial e sua condição profissional.

A representação e o perfil hegemônicos do policial foram construídos historicamente, como apresentei no desenvolvimento da tese. As mudanças nesses campos exigem, para serem viabilizadas, ações concretas e profundas. Em primeiro lugar, naturalmente, urge a melhoria expressiva dos salários. Essa medida é fundamental para atrair novos quadros, como melhor formação escolar e teórica, interessados em investir de forma profunda na sua qualificação profissional. Além disso, ela faria com que, diante da possibilidade de práticas corruptas, o policial potencialmente desonesto temesse os riscos de perder um valorizado emprego. O melhor caminho para a valorização salarial seria a criação de um “Fundo Nacional de Valorização do Policial”, ou algo equivalente, nos termos dos fundos já existentes para a Educação. Esse fundo seria usado para se garantir um valor mínimo salarial ao policial brasileiro e o complementaria em todas as unidades federativas.

A criação de um fundo como o proposto se articularia com a criação de um Programa de Modernização das forças policiais, que pudesse permitir a melhoria das condições de exercício do trabalho, as relações de poder dentro da estrutura e a progressiva desmilitarização da corporação policial militar. Um programa similar deveria ser feito em relação à Polícia Civil. Com efeito, a valorização salarial não vai influenciar na mudança da longa tradição hierárquica das forças policiais. A Polícia Militar é marcada por uma forte dose de autoritarismo e pela distância nas relações entre oficiais e praças. Ao lado disso, nela é reproduzida uma lógica corporativa, na qual os policiais militares, em geral, se sentem diferentes dos “civis” e com direitos superiores, no que concerne à justiça criminal. A superação dessa realidade exige que se amplie a valorização do policial como servidor público, com direitos e deveres inerentes, a criação de uma política de segurança de Estado e não de governos, e a precisa definição de responsabilidades dos integrantes das forças policiais levando em conta a cadeia de comando e o controle social de suas estratégias e atividades. Essas seriam algumas das iniciativas necessárias para a superação da descrença, desesperança,

frustração, estresse e baixa autoestima da maioria dos integrantes da polícia militar²⁶⁶, assim como a recuperação do valor maior do seu trabalho social.

O outro elemento da conjuntura da segurança pública que deve ser acompanhado de perto e exige um grande debate diz respeito ao papel que vem sendo assumido pelas Unidades Policiais Pacificadoras (UPPs), criadas na gestão do governador Sérgio Cabral em 2008. Coincidentemente, o término da escrita da tese acontece, justamente, no momento em que se inicia esse projeto da Secretaria de Segurança Pública do Estado, que vem sendo apresentado como a grande solução para o combate e expulsão dos GCAs das áreas de favelas.

As Unidades de Polícia Pacificadoras, até o momento, foram colocadas em cinco favelas cariocas: Morro Santa Marta, Chapéu Mangueira, Babilônia, Cidade de Deus e Jardim Batam. O projeto, segundo os idealizadores, pretende desmontar os GCAs com a saída dos seus integrantes, garantir o papel do Estado no ordenamento dessas localidades e trazer segurança para os moradores – prática nunca considerada na ação institucional da polícia.

A iniciativa é muito incipiente para avaliar se ela pode, de fato, ser universalizada e se tornar uma política pública vitoriosa, a longo prazo, no enfrentamento dos GCAs que dominam as favelas do Rio de Janeiro. Mesmo sendo prematura uma avaliação da experiência em curso e buscando fugir dos jargões que caracterizam muitos grupos que atuam no campo dos direitos humanos, há pontos importantes que já podem ser observados sobre o Programa. Eles sinalizam a falta de um projeto claro, surgido a partir de uma definição mais abrangente no campo da segurança pública pelo Governo do Estado.

De início, cabe salientar que a soberania privada exercida pelos GCAs na maior parte das favelas cariocas decorreu da, historicamente, insuficiente presença soberana do Estado e da complacência de setores da segurança pública com os grupos criminosos. Em função disso, ainda será necessário percorrer um caminho longo a fim de se desfazer a crença de que não é possível pensar as favelas a partir dos mesmos pressupostos de outras partes da cidade do Rio de Janeiro, em especial no que diz respeito à segurança de seus moradores. Esse limite está

²⁶⁶ Pelo que já foi descrito em muitos estudos, realizados, em geral, pelas organizações sociais e grupos universitários que tratam do tema da segurança pública, é possível considerar que as posições dos policiais entrevistados na tese representam as da maioria dos policiais fluminenses.

presente na ação das Unidades Pacificadoras e me parece o fator que mais ameaça o sucesso do projeto.

A estratégia de chegada às favelas para a implantação da UPP passa por uma compreensão do conjunto de agentes e forças que agem no território em questão. Esse reconhecimento, entretanto, tem servido para que haja uma definição sobre como a polícia vai entrar e se estabelecer, mas não como forma de mobilizar e discutir a participação dos moradores no projeto de segurança que se pretende realizar. Um exemplo preocupante da consideração acima aconteceu na favela do Jardim Batam. Ali, um policial que reside na favela e trabalha no Batalhão de Operações Policiais - Bope - se apresentou na Associação de Moradores local e, de maneira pouco transparente, convenceu que os membros em exercício deixassem seus cargos. Além disso, ele teria convencido membros da corporação a se mudarem para a favela. A partir daí, ele assumiu a presidência da organização comunitária e os seus colegas assumiram os outros postos de direção. Isso tudo foi declarado, candidamente, para jornalistas do jornal mais influente e de maior circulação do Rio de Janeiro²⁶⁷.

Essa intervenção dos policiais, legitimada pela corporação e pela mídia, na ocupação da favela do Batan foi a mesma utilizada quando da chegada da milícia, que expulsou traficantes e indicou um grupo de moradores, a ela ligados, para dirigirem a organização comunitária. A abordagem feita pela polícia demonstra que a visão sobre as favelas permanece distorcida, sendo dominada pelo pressuposto de que é necessário que os moradores estejam sempre subjugados a um tipo de ordenação que não as definidas pelo Estado e pela Lei. O que temos, no caso, não é a afirmação de um Estado Republicano, que veja os moradores das favelas como cidadãos, mas a afirmação de um Estado Policial, que age a partir de parâmetros sustentados no desejo dos comandantes locais, de acordo com suas idiossincrasias.

Outros exemplos dos riscos da afirmação de um Estado Policial nas favelas ocupadas pelas pretensas unidades pacificadoras são o “toque de recolher” e o corte de cabelo compulsório dos adolescentes e jovens identificados com o estilo “funkeiro”, práticas que estariam sendo realizadas na Cidade de Deus e denunciadas por organizações sociais; assim como a proibição inicial, por parte da

²⁶⁷ Cf. Jornal O Globo, “Democracia nas favelas”, 09/08/2009.

UPP de Santa Marta, de uma Roda de *Funk* organizada pela Associação de Profissionais e Amigos do *Funk*, fato que gerou amplos protestos na cidade²⁶⁸.

As perguntas diante do exposto são as seguintes. Por que a estratégia de levar segurança pública aos moradores de favelas não pode ser uma ação que liberte essa população de uma situação de opressão e reconheça o direito inerente a qualquer cidadão a uma vida com segurança? Por que o Estado utiliza os mesmos métodos de grupos que agem ilicitamente? Por que esses territórios não podem ser reconhecidos e receber políticas públicas a partir dos mesmos parâmetros pensados para o resto da cidade?

Encontrar respostas para indagações como as assinaladas tornou relevante a proposta desta pesquisa, que escutou moradores, integrantes dos grupos criminosos e policiais que moram ou atuam na Maré. O percurso se caracterizou pelo profundo desejo de contribuir para que, de maneira original, se desvelasse o sentido das práticas daqueles que agem e decidem como a vida se passa no território estudado. A ênfase nas muitas pistas e aprendizagens que emergiram das reflexões desse período foram aqui expostas, sabendo-se que tantas outras poderiam dar sentido e revelarem um grau significativo das vivências refletidas na pesquisa.

Dessa forma, é fundamental romper com a visão segregadora de que a realização de uma política pública para as favelas na área da segurança pública, por exemplo, não pode ser idealizada a partir dos mesmos parâmetros de outros bairros da cidade. É imprescindível que haja uma separação entre os GCAs e a população que reside nas favelas. Se pensarmos nesses grupos, na essência das atividades que desenvolvem, evidencia-se a necessidade de atuar a partir de uma lógica de punição como qualquer outro crime reprimido pela polícia. Reconhecer os cidadãos residentes nas favelas como sujeitos de direitos, que possuem condições de compreender uma ação do Estado voltada para a sua segurança, é o primeiro passo para que se reverta a situação de desconfiança e descrença dos moradores dessas localidades em relação a uma atuação honesta da polícia.

Eu moro aqui na Maré há quase trinta anos e o meu sonho era ver um dia os policiais tratarem os moradores aqui com mais respeito. Outro dia vi como um

²⁶⁸ Em função das denúncias nos jornais e da mobilização de diversos grupos culturais e movimentos sociais, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, em 01/09/2009, revogou a lei que limitava a expressão do *funk* e aprovou outra, que o reconhece como expressão cultural.

jovem foi parado na rua e abordado por um policial e fiquei apavorada. Me dá uma dor no coração, porque eu não vejo motivo algum para os policiais tratarem a gente como se todos nós fôssemos bandidos. Eles pensam que não sabemos de nossos direitos, só porque moramos num lugar pobre. Mas se enganam. Aqui tem muita gente que tem faculdade, que ganha bem e que gosta de morar aqui. A gente só não gosta dessa violência, que é horrível. Mas vê bem, eu sei que o policial não pode chegar na minha casa e enfiar o pé na porta ou entrar como eles entram, com chave mestre quando nós estamos trabalhando. O que nós não sabemos, e alguns moradores têm medo de denunciar, é a quem temos de recorrer, porque tudo é difícil para os pobres. Mas isso vai acabar um dia, e eu espero ainda ver isso. (M. Moradora do Parque Maré).

Cabe esclarecer, quando se fala em confiança na polícia e em trabalho honesto – e isso é uma conclusão central para mim, em relação à atuação do Batalhão da Maré – que não concordo com a noção, típica do senso comum, de que a corrupção é o maior problema das forças policiais locais. Embora a questão tenha aparecido nas falas dos empregados no tráfico de drogas, dos moradores e, em menor escala, dos policiais, ele não se apresenta de forma generalizada, nem é a principal causa das dores enfrentadas pelos moradores da Maré. O maior limite, como ressaltai variadas vezes no desenvolvimento do trabalho e já nessa conclusão, é a representação tradicional sobre a favela da imensa maioria dos policiais, independente de seu grau de honestidade. Nela, a favela é vista, de forma muito evidente, como um espaço segregado, onde cabem práticas que não seriam adequadas nos espaços ditos formais da cidade. A partir desse juízo, não há limites, regras ou formas de controle das ações policiais; tudo é permitido. Na ausência de parâmetros éticos, disciplinares e legais que orientem o comportamento policial, muitos deles tendem a cometer excessos contra os moradores e a exorbitarem de sua posição, da força das armas e da truculência. Essas práticas não mudam a partir da vontade individual, mas da reestruturação da corporação, como assinalai.

Vencer o mito de cidade partida, então, é fundamental, para estabelecer outro olhar sobre a cidade que não se referencie pela dicotomia cidade-favela. Um novo olhar, sustentado no reconhecimento de que o Rio de Janeiro possui diferenciados espaços de vida e circulação, que deveriam ser marcados não pela segregação imposta pelas condições sociais e econômicas, mas pelas especificidades decorrentes do próprio processo de constituição da vida na metrópole. Entender que a favela é cidade e que, portanto, aos seus cidadãos devem ser oferecidas as mesmas condições, assim como deve se exigir o

cumprimento de deveres, representará uma mudança de paradigma das políticas públicas para essas áreas. Não há como uma política de segurança diferenciada ter sucesso, se os profissionais responsáveis pela sua implementação têm como visão o discurso abaixo:

Eu penso ser muito difícil resolver o problema da favela. Digo isso, porque aqui a polícia não pode agir como age nas áreas de asfalto. Aqui os moradores não sabem de seus direitos. Eles não entendem quando a polícia entra querendo prender os bandidos. Eles agem, muitas vezes, a favor dos traficantes. Avisam para eles, se vêem a polícia chegar. Coitados, eles são reféns dos traficantes por um lado e, por outro, dos políticos. Eles não possuem uma opinião própria como cidadãos, entende? Por isso, temos de entrar nas favelas e, ao invés de fazermos o nosso trabalho, temos de fazer trabalho social, até porque eles não têm noção do que seja segurança. Eles acham que segurança deve ser dada pelo traficante. É muito complicado isso tudo. Não vejo como mudar isso, não (T., sargento da Polícia Militar, atuante na Maré).

A visão acima apontada sobre os moradores das áreas pobres da cidade, seja por uma parte da sociedade carioca, seja pela mídia, tem contribuído, ainda, para o crescimento e o acirramento de diferenciadas formas de violência. Esse fato, dentre outras questões, vem conformando uma cidade dominada pela limitação para se circular livremente em qualquer parte. A idéia de encontro e troca de vivências entre os cidadãos de uma mesma *polis* vai se tornando cada vez mais distante.

Uma antítese desse processo e elemento relevante para a construção de políticas públicas de segurança na Maré é o fato de, pelo menos, 70% dos entrevistados manifestaram gostar de residir na favela. Isso, apesar das representações usuais da Maré como “Faixa de Gaza”, numa alusão à região onde vivem palestinos refugiados, expulsos de áreas atualmente dominadas por Israel e local de cotidianos conflitos e batalhas. O pertencimento ao lugar por parte dos moradores, incluindo-se os integrantes dos GCAs, reforça a idéia de que, do ponto de vista da dimensão da vida cotidiana na favela, há aspectos mais positivos do que negativos em ali morar. São elementos valorizados pela população local: a abundância de oferta de comércio e serviços oferecidos na região; a localização da Maré; a facilidade de locomoção; os baixos custos com moradia e tarifas em relação a outras áreas da cidade; e, ainda, questões que dizem respeito às relações pessoais e de colaboração comumente estabelecidas nas favelas, além da proximidade de familiares. O desafio, nesse quadro, é transformar a identidade com o lugar em referência para a participação em iniciativas que ajudem a romper

com o ciclo de violência, de modo que se construam novas formas de ação de valorização da vida e da dignidade dos moradores.

É importante ressaltar, ainda, que não poderia deixar de reconhecer o papel dos meios de comunicação no processo de construção das muitas representações sobre as favelas e os espaços populares, bem como a necessidade de mudança desses no tratamento e juízo que são dados ao conjunto de fatos ocorridos nessas localidades. Não foi esse um ator priorizado na análise desse trabalho, apesar do reconhecimento da sua importância.

Por fim, não posso deixar de assinalar que, durante a maior parte deste trabalho, fui dominada por um saudável desconforto interno sobre como construir um trabalho que pudesse mostrar a vida cotidiana dos moradores da Maré, a partir de suas representações e vivências no campo da segurança pública. Nesse sentido, cumpridas as exigências acadêmicas que definem o processo de doutoramento, passei a ser dominada pela idéia de continuidade de um estudo que se instalou em mim como uma necessidade, como algo central na busca do respeito à humanidade da população aqui retratada, em geral tão desprezada. O trabalho, então, não termina nesta tese. Ele, na realidade, iniciou e segue em espiral, num constante e profundo exercício de prática intelectual e de vida.

Uma expressão desse processo – e o que me parece ser o resultado mais concreto deste trabalho – foi a criação de um movimento em torno do enfrentamento da violência na Maré, a partir de 2009. A realização de reuniões, em um espaço local, com a Secretária de Educação e o comandante do 22º batalhão, para tratar dos prejuízos dos moradores, em particular os estudantes da rede pública, provocados pelos conflitos entre as facções; a realização da I Conferência Livre de Segurança Pública na Maré; e, no dia vinte de setembro de 2009, a caminhada e ato público, pelas ruas das favelas da Maré, de mais de seiscentas pessoas que estão sofrendo os efeitos diretos da guerra entre duas facções criminosas foram iniciativas inéditas e revitalizadoras²⁶⁹. Em um processo crescente, elas foram ilustrativas da força ascendente da sociedade civil local.

²⁶⁹ Na sexta-feira, dia dezoito de setembro, o recrudescimento do conflito havia provocado várias mortes e a prisão de vários integrantes do tráfico. Diante disso, alguns integrantes do grupo de mobilização do evento sugeriram sua suspensão, temendo consequências para as pessoas que participariam. A maioria do grupo manteve, entretanto, a decisão de realizar o evento, sob o argumento de que só fazia sentido em fazer algo diante do conflito instalado, e não ficar esperando

Tenho muita alegria em poder estar participando ativamente dessa construção, em parceria com muitos moradores da Maré e de outras partes da cidade que carregam a crença de que é possível e necessário mudar a realidade atual. Esse conjunto de pessoas também me alimenta, me carrega, me faz crer que todo o esforço, o cansaço, o temor de não chegar ao fim deste trabalho, tudo valeu a pena. Acredito que, verdadeiramente, a vida vale muito a pena e que podemos construí-la como desejamos, que podemos dar sempre um novo significado a ela, nos tornando, a cada dia, a cada luta, a cada pequena vitória, mais humanos.

Que continuemos caminhando, construindo novas possibilidades, teóricas e práticas, de transformar o mundo real.